

A AVALIAÇÃO COMO ESTILO DO IMAGINÁRIO: POR UMA HERMENÊUTICA SIMBÓLICA DA EDUCAÇÃO

William Gustavo Machado¹

RESUMO

O presente estudo investiga o imaginário educacional no que concerne ao tema da avaliação, com o objetivo de abrir uma perspectiva de pesquisa simbólica para a compreensão das práticas avaliativas, desnaturalizando processos frequentemente tomados como neutros, técnicos ou inevitáveis. Para tanto, adotamos a *hermenêutica simbólica*, ancorada na teoria do imaginário de Gilbert Durand, como abordagem interpretativa que busca compreender os fenômenos levando em consideração o horizonte do pesquisador, com suas fontes simbólicas, em diálogo com o objeto de pesquisa e com os materiais culturais do imaginário. A avaliação, portanto, é vista em seu gesto simbólico. No desenvolvimento do estudo, apresentamos a base conceitual da teoria do imaginário; examinamos o gesto simbólico da avaliação no contexto da modernidade educacional; e propomos uma virada interpretativa que compreende as práticas avaliativas dominantes da modernidade como expressões de um *estilo* hegemônico, o diurno, marcado pela mensuração, hierarquização e espetacularização. Por fim, indicamos possibilidades para a circulação de outros mitemas no campo educacional, capazes de reconfigurar o sentido formativo da avaliação. Concluímos que o imaginário avaliativo moderno tende a reduzir a experiência educativa à lógica da performance e do resultado, ao passo que símbolos, imagens e mitos noturnos apontam para outras possibilidades de relação com o erro, o tempo, a formação e a vida.

Palavras-chave: Filosofia da Educação, Imaginário, Avaliação

INTRODUÇÃO

Este estudo visa investigar o tema da *avaliação* sob o horizonte da antropologia do imaginário. Optou-se por seguir a própria abordagem metodológica do autor que é também nosso referencial teórico principal, o francês Gilbert Durand (1921-2012). Trata-se da *hermenêutica simbólica*, que consiste em um modo de compreensão dos símbolos, imagens, mitos e demais fenômenos do imaginário.

A hermenêutica, por si só, é uma atitude interpretativa (Josgrilberg, 2024, p. 3), a qual foi bem explorada pelo filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (1900-2002). Segundo

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: wgmachado@ucs.br.



Gadamer, algumas posturas são necessárias para que se tenha uma abordagem desse tipo. Por exemplo, para ele os *preconceitos* são condição necessária para a compreensão do material ou do outro (Gadamer, 1997, p. 405). Isso quer dizer que o hermenauta traz consigo as suas concepções prévias para a investigação, no caso de nossa pesquisa. O hermenauta não se esquiva de si mesmo, logo, não pretende neutralidade. O que não quer dizer, por outro lado, que ele não se deixe afetar pelo investigado. Pelo contrário, a postura de *abertura*, a que Gadamer (1997, p. 404) se refere, é também essencial para o processo, que formará *com o outro* — com a alteridade do outro, do material ou do texto — um *diálogo*.

Por sua vez, a questão *simbólica* de nossa abordagem se refere tanto a esses *preconceitos* no que tange ao repertório simbólico do hermenauta — e entram aqui fantasias, mitos, arquétipos, símbolos, imagens, etc. — quanto ao que Durand (1993, p. 92) caracterizou como *instauração de sentidos*. Segundo o antropólogo, e na esteira do seu contemporâneo Paul Ricoeur (1913-2005), haveriam duas possibilidades hermenêuticas para a compreensão dos fenômenos. De uma lado as hermenêuticas redutoras e arqueológicas, que interpretam e descrevem os fenômenos segundo teorias prévias; de outro, as hermenêuticas instauradoras e escatológicas, que lançam ao futuro o sentido dos símbolos, sempre tendo em seu horizonte a possibilidade de produção de outros sentidos.

É tendo esse horizonte interpretativo como base que investigamos o tema que nos propomos, a avaliação. Dessa forma, faremos um percurso que passa primeiro pelo referencial teórico da pesquisa, a apresentação das particularidades da teoria do imaginário, para depois levantarmos símbolos e imagens que dizem respeito à avaliação na educação moderna e, então, realizarmos nossa interpretação simbólica.

Por fim, em nossas considerações finais, além de um panorama acerca do estudo, apontamos possíveis brechas para outros *estilos* avaliativos e caminhos para a continuação desse tipo de pesquisa, abrindo então a nossa perspectiva para uma hermenêutica simbólica da educação.

O IMAGINÁRIO

O imaginário na perspectiva antropológica de Gilbert Durand consiste nos próprios fenômenos oriundos da imaginação, as imagens, as fantasias, os sonhos, os mitos. Seguindo os rastros de seu mentor, o filósofo francês Gaston Bachelard (1884-1962), Durand foi ainda mais longe com seu projeto de investigação, publicado na obra que decorreu de seu



doutoramento, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário: introdução à arquetipologia geral*² (de 1960).

Bachelard já vinha trabalhando em uma perspectiva inovadora no que tange à imaginação. Para o filósofo, a imagem deveria ser estudada pela imagem (Bachelard, 1960, p. 61). Fazia-se necessário assim uma abordagem metodológica que não empobrecesse e desvirtuasse as *possibilidades* de sentido das imagens da imaginação. Bachelard, então, optou pelo caminho da *fenomenologia da imaginação*, abrindo importantes pistas para seus sucessores, como o próprio Durand. Por meio desse método, foram produzidas as obras vistas como pertencentes da fase *noturna* ou *poética* de Bachelard. Mesmo sem grande pretensão — como o mesmo mencionava em seus trabalhos —, o que ele fez foi operar uma verdadeira *revolução do imaginário*. As imagens pelas imagens possibilitaram uma legítima ciência das imagens, bem como uma filosofia — a fantástica transcendental de Durand. Vejamos no que consiste essa ciência durandiana.

Como já mencionamos, trata-se de uma antropologia das imagens, um estudo amplo e profundo do imaginário sem a sua desvalorização — como fez Sartre (Durand, 2012, p. 22-29) — ou a sua redução hermenêutica — tal como fizeram Dumézil, Freud e Lévi-Strauss (Durand, 1993, p. 112). Durand, ao operar com um “método pragmático e relativista de convergência que tende a mostrar vastas constelações de imagens, constelações praticamente constantes e que parecem estruturadas por um certo isomorfismo dos símbolos convergentes” (Durand, 2012, p. 43), estava com outros referenciais, com outras intenções. No lugar da redução arqueológica, a instauração escatológica das imagens simbólicas. No lugar do par causa-efeito, que investigaria os fundamentos e os princípios do surgimento das imagens, o seu conceito de *trajeto antropológico*, a troca constante entre os impulsos biopsíquicos, subjetivos e assimiladores, e as intimações da materialidade, cósmicas e sociais (Durand, 2012, p. 41). Com este último conceito, Durand estava rompendo com a lógica binária. Suas investigações tomavam pontos de partida deliberadamente escolhidos e assim assumidos, sem a pretensão da explicação do tipo causa-efeito (Nogueira, 1993, p. 259). O que estava sendo assumido, na verdade, era um outro funcionamento metodológico, próximo à lógica do terceiro incluído, tal como Stéphane Lupasco (1900-1988) viria a elaborar, e que viria a ser aproximado dos princípios da física relativo-quântica alguns anos mais tarde.

2 Apesar do termo “estrutura”, há uma diferença considerável no que diz respeito ao modo como Durand o concebia e o modo como a tradição moderna concebia. Em Durand, elas são *transformáveis*, ao mesmo tempo estáticas e dinâmicas, e não sempre fixas. Isso se deve à ruptura de Durand já com a filosofia moderna e as concepções da física newtoniana (Nogueira, 1993).



Durand reuniu imagens e símbolos em torno de constelações simbólicas, que convergiam isotopicamente. Das convergências foram percebidas orientações espirituais dos povos diante do mundo e sua realidade mais contundente, o *tempo*. Sabe-se que há milhares de anos a humanidade tem como prática ritos fúnebres; além disso, os mistérios da pós e da pré existência corpórea sempre permearam as reflexões humanas. Mitos, cosmogonias, cosmologias, religiões, filosofias e ciências foram construídas com a finalidade de explicar tanto o início dos tempos (de onde viemos?) quanto o fim dos tempos (para onde vamos?). Dessa forma, a passagem do tempo liga-se ao destino fatal, à morte (Durand, 2012, p. 432). E o gesto simbólico perante a ela é o que chamou a atenção do antropólogo do imaginário. Vejamos.

A atitude de combate ao tempo, polêmica, produz-se como *contra*. Daqui decorrem as imagens simbólicas que se direcionam como um eufemismo — e essa é a função geral da imaginação: o eufemismo — *heróico*. Vence-se o tempo lutando *contra* ele. Para tanto se faz necessário o seu controle, a domesticação das suas manifestações materiais. Manifestam-se assim, já no campo tecnológico, as técnicas belicosas, a ordenação, todo o monoteísmo teológico e psicológico, entre outras atividades. Durand (2012, p. 67) denomina esse conjunto de símbolos como pertencentes ao *regime diurno das imagens*, tendo em sua semântica a dominância do *estilo antitético*.

O *Regime Diurno* é, portanto, essencialmente polêmico. A figura que o exprime é a antítese, e nós vimos que a sua geometria uraniana só tinha sentido como oposição às faces do tempo: a asa e o pássaro opõem-se à teriomorfia temporal, provocando os sonhos da rapidez, da ubiqüidade e do levantar vôo contra a fuga desgastante do tempo, a verticalidade definitiva e masculina contradizendo e dominando a negra e temporal feminilidade; a elevação é a antítese da queda, enquanto a luz solar era a antítese da água triste e da tenebrosa cegueira dos laços do devir. É, portanto, contra as faces do tempo confrontadas com o imaginário num hiperbólico pesadelo que o *Regime Diurno* restabelece, pela espada e pelas purificações, o reino dos pensamentos transcendentais (Durand, 2012, p. 180).

Dessa forma, no regime diurno estão os símbolos ascensionais, os espetaculares e os diaréticos. Ao operar por antítese, provocando sempre as imaginações dualistas — do céu e da noite, da luz e das trevas, do bem e do mal, da natureza e da cultura, entre outras —, encontra-se a supervalorização do que justamente conhecemos positivamente como “superior”, equivalente a melhor ou mais. Temos assim as imagens divinas, as cores celestes, a luz, o sol, tudo o que antiteticamente *separa* o homem da sua animalidade. A imaginação diurna e heróica é essa constelação de imagens simbólicas que concentram suas forças na aniquilação completa do tempo e da morte, de modo que a perenidade está ligada aos valores



morais ditos superiores, puros, limpos, com princípios de castidade (Durand, 2012, p. 118-119).

Outra atitude notada por Durand foi o de *inversão* do sentido negativo do tempo. A morte é eufemizada através de simbologias viscosas, que não temem, que não caem, que não derrubam o ser, mas que o fazem descer. Enquanto que o regime diurno é patriarcal, ou fálico segundo a linguagem psicanalista, o regime noturno é matriarcal, tendo na feminilidade e principalmente na maternidade uma de suas mais potentes representações simbólicas. Todavia, aqui ainda estamos na dimensão da inversão, do *estilo da antífrase* (Durand, 2012, p. 278). Há um gosto pelo refúgio, uma valorização da escuta e do acolhimento, inclusive do aprofundamento do acolhimento — o redobramento vivido por Jonas e por Pinóquio no *ventre* da baleia, que não os devora, mas apenas os engole e os devolve vivos (e transformados). A *antífrase* atrai o mundo para si, para suas vísceras, fazendo de suas imagens verdadeiras confusões, apesar de plurais (Nogueira, 1993, p. 264). Como tudo é acolhido, tem-se uma pluralidade de existências, de modo que agora pode-se falar em politeísmo psicológico.

E, por fim, uma terceira atitude foi notada por Durand. Esta consiste no equilíbrio dos contrários. Tem seu fundo noturno, também feminino, mas consegue abrigar ciclicamente símbolos solares, progressistas, que não só atrai as almas, mas que as soltam. Em relação ao tempo e à morte, agora se tem a harmonização dos opostos, da vida e da morte, em estruturas rítmicas, cíclicas. O *estilo*, assim, é *sintético* (Durand, 2012, p. 355). Trata-se do regime noturno rítmico, uma segunda manifestação noturna, como se pode perceber. E Durand, ao agrupar as imagens desse regime, viu na história, no mito e, principalmente, na música as suas mais marcantes representações simbólicas, devido às suas semânticas do progresso (história), da organização cíclica (mito) e da harmonia (música).

Antes de passar ao próximo momento do texto, atentamos quanto à polivalência dos símbolos. Estes não possuem um sentido único a ser descoberto, nem são arbitrariamente definidos. Portanto, convém sempre acautelarmo-nos quanto às interpretações no nível do gesto, já racionalizado e um tanto longe de suas profundezas. Isso normalmente nos coloca, enquanto pesquisadores do imaginário, em uma posição arriscada, operando em terrenos incertos e inseguros. Todavia, como não estamos operando com os ideais modernos de busca das verdades absolutas, acreditamos que o exercício de compreensão simbólica se mostra fecundo à pensar novas possibilidades existenciais.



GESTOS DA AVALIAÇÃO

Em que consiste o termo avaliação? Etimologicamente, a palavra deriva do latim “*a-valere*”, “dar valor a” ou “emitir julgamento de valor” (Melo; Silva; Micheli, 2018, p. 379). Como se vê, trata-se de uma prática essencialmente diurna, o julgamento, que *avalia* se o *avaliado* está conforme ou não o esperado. Há também um certo conceito de normatividade normalmente implícito em uma avaliação, um tipo de expectativa, que forma a mencionada espera. E, ainda, podemos notar nessa sentença duas posições distintas, a de quem avalia e a de quem é avaliado, o que supõe duas posturas antagônicas, uma ativa (de quem avalia) e uma passiva (do avaliado).

Mas não temos avaliações apenas do tipo teste de conhecimentos, que envolvem, pelo menos, duas pessoas. Podemos também auto-avaliarmo-nos, fazendo de nós mesmos avaliador e avaliado. Ou podemos avaliar coisas, funções, como um calçado ou o ato de dormir mais cedo. De todo modo, em todos esses tipos há a sujeição de algo ou alguém à avaliação de outrem. Algo ou alguém, para ser avaliado, necessariamente precisa ser colocado à mercê de um julgamento.

Outra questão que comumente é levantada diz respeito ao substantivo *valor*. Por aqui, quando se envolve o humano nas duas pontas, principalmente, se constroem verdadeiras trincheiras. Afinal, ao se colocar a questão *valor* em debate, sabe-se que há um sujeito que define esse valor. E a partir daí diferentes paradigmas surgem, como o positivista, o fenomenológico, o histórico-crítico e o da teoria do capital humano (Grinspun, 1994). Por ora, fiquemos somente com essa listagem. Trabalharemos com eles na próxima parte de nosso texto, já conduzindo a conversa para o campo do imaginário.

Entre outros debates acerca da avaliação temos ainda o duelo quantitatividade vs. qualitatividade, objetividade vs. subjetividade; as preocupações sobre a ontologia da avaliação, se ela deve ser meio ou fim; a avaliação como diagnóstico; conexões com a emancipação do sujeito; avaliações processuais em contraponto às avaliações finais e isoladas; entre outras. Como se vê, muitas são as preocupações que rondam o universo avaliativo, principalmente quando pensamos em processos educativos; o que *pode ser* mais um traço da educação moderna.

Um processo avaliativo também envolve questões temporais. Avalia-se processualmente, no decorrer do tempo, ou após algum tempo. Além disso, pensa-se o *depois* da avaliação. A depender do resultado, tomam-se decisões. Algumas vezes, até já temos



ações-opções pré-definidas que apenas aguardam o momento avaliativo — como em processos seletivos de emprego, os quais, muitas vezes, já nos preparamos tanto para o sim quanto para o não. Uma avaliação pode mexer, assim, com as expectativas dos indivíduos, alterando modos de vida, decisões e até sonhos! O gesto da avaliação, portanto, pode agir nas profundezas psíquicas de um indivíduo. De qualquer forma, dificilmente se pode prever como uma avaliação irá repercutir para cada pessoa, tanto avaliador quanto avaliado.

Realizados esses levantamentos e alguns devaneios em torno do tema, agora podemos passar para o nosso momento hermenêutico. Atentamos, contudo, que os subtemas que apresentamos não foram trazidos com a intenção de esgotar ou fazer um panorama do que envolve o termo. Como afirmamos em nossa introdução, ao optarmos por uma hermenêutica, optamos por uma abordagem que ocupa-se mais da interpretação de fenômenos, bem como em trazer à tona elementos que chamam a atenção do pesquisador hermeneuta assumidamente, rompendo com qualquer ideia de neutralidade científica.

HERMENÊUTICA SIMBÓLICA DA AVALIAÇÃO

Vamos agora ao nosso exercício hermenêutico. Como primeira imagem simbólica temos o *juízo*. Não é preciso muito para extrair sentidos daqui, mas vejamos. Julgar é um gesto de classificação, logo, diurno, visto que classificar é da mesma constelação da separação, do gesto diátrico da imaginação. Separa-se, classifica-se, julga-se. Gesto diurno e patriarcal. Algumas religiões têm um ser poderoso que a tudo julga, pois tudo vê. Dessa forma é que aproximamos o julgamento do sentido da *visão*. É o *olhar* que julga. Bachelard (1948, p. 336) bem notaria a íntima relação da visão com a contemplação monárquica. E com Durand reaproximamo-nos do simbolismo espetacular, das luzes. O olho que julga e censura é o olho que vê claro, que vê mais do que aquele que é julgado (Durand, 2012, p. 151). Todo julgamento é, por isso, um tipo de *vidência*: vê, julga e projeta/define um caminho para o julgado. Este, ao ser submetido ao julgamento, tem seu destino à mercê de outrem, que, do alto de sua visão, pode indicar se o caminho que está sendo percorrido é certo ou errado. Temos, no final das contas, uma dialética na relação entre avaliador e avaliado, juiz e réu, o reino dos céus e leis divinas e o reino dos homens e suas leis.

Por outro lado, notemos que ao levarmos a ideia de avaliação para um campo que não envolve o outro, dissipa-se a imagem de juízo divino. Principalmente no ato da auto-avaliação. Neste, o indivíduo pode operar aquém do discurso da normatividade. Ele pode ser cíclico. Pode viver o realismo sensorial (noturno místico) e também avaliar-se (diurno),



formando o movimento rítmico (noturno sintético). Dessa forma, atentamos que o regime diurno pode ser tirano em seus julgamentos, por um lado, mas também pode proporcionar importantes avanços (melhoramentos) ou organizações salutares, por outro.

Já nas trincheiras paradigmáticas, começemos com a perspectiva positivista de avaliação. Esta consiste em trabalhos com verdades absolutas, que fragmentam o todo e forçam a adaptação para o sistema (Grinspun, 1994, p. 35). Como podemos ver, trata-se de uma forma de avaliação comprometida completamente com a unificação diurna dos caminhos. A teoria do capital humano, por sua vez, privilegia o papel político nos processos avaliativos. Há uma preocupação com mudanças sociais e econômicas (Grinspun, 1994, p. 36). Desse modo, por mais que tenhamos um teor de acolhimento humano das situações dos educandos, tem-se o risco do reducionismo econômico ou político, características retóricas de convencimento, sem uma devida atenção à alteridade dos sujeitos. Já as avaliações histórico-críticas partem da transformação social desejada pelos seus avaliados. Estes guiam o seu próprio percurso (Grinspun, 1994, p. 37). Temos o gesto da escuta e o ideal de progresso, de modo que talvez possamos posicioná-las entre os modos salutares de avaliação, os quais servem de diagnóstico para os próprios indivíduos em avaliação. O avaliador é mais um mediador, um incentivador. Podemos dizer o mesmo a respeito das avaliações influenciadas pela fenomenologia, as quais privilegiam o mundo vivido e a intersubjetividade, o encontro. Porém, como afirma Grinspun (1994, p. 36), esta vai além, convocando não somente o sujeito político, mas o indivíduo como um todo, em suas múltiplas facetas. Talvez possamos arriscar a afirmar que esta última comporta mais aspectos noturnos, com suas simbologias viscosas, de acolhimento, mas também confusas, que podem aglomerar imagens em um mesmo núcleo imaginante.

Como se pode perceber, o conceito de avaliação é disputado em sua anterioridade simbólica. As práticas quantificistas que permanecem como o modo hegemônico de avaliar, dificilmente abrem-se às qualitativas. O regime monárquico dos números é tirano. A pretenciosa exatidão segue tentando englobar as anomalias subjetivas.

Quanto ao modo como a avaliação acontece no tempo, tem-se ainda a ambiguidade simbólica do julgamento. Avaliar no decorrer do tempo ou após um tempo podem ser gestos perceptivos, expressivos e até catárticos, visto que podem ser reflexivos. Por outro lado, podem seguir na ambiguidade do acolhimento ou do juízo final. A forma simbólica do tempo parece depender mais das instâncias anteriormente apresentadas — podemos colocar como exceção vidente e monárquica a perspectiva que avalia segundo critérios temporais pré-



estabelecidos que conferem a necessidade urgente de adaptação do indivíduo, tal como o método militar.

A prática de avaliação em si é uma ação de essência diurna. Alinha-se perfeitamente à concepção moderna de educação e suas outras manifestações como a ideia de currículo (completamente diurna). Todavia, diferentemente do currículo, que dificilmente pode abrigar imagens menos diurnas, visto que ele é fragmentação por si só, a avaliação pode ser símbolo de outras possibilidades, quando se coloca ela em prol dos intuítos dos avaliados, quando se qualifica o olhar a dimensões mais íntimas e subjetivas ou quando se permite a sua democratização. Com isso, podemos afirmar que o “*a-valere*” pode fazer parte do julgamento divino ou de um momento reflexivo não autoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da avaliação se mostrou polivalente ao longo do estudo. Todavia, a sua potência simbólica noturna, dos valores da escuta, do acolhimento, da intimidade e do próprio ato imaginante, segue nas sombras da tirania positivista. É de saber comum que as avaliações são em sua grande maioria quantitativas, numerais, que elas visam um sujeito pré-concebido (um *têlos*) ou que elas servem de controle comportamental de indivíduos. Bem como se sabe que as avaliações mais qualitativas, que visam a autocompreensão das pessoas acerca de seus processos vividos ou de suas situações sócio-políticas e econômicas, vivem à margem dos sistemas educacionais.

A experiência educacional, reduzida à performance e resultados, habilidades e competências, apenas troca a sua face, enquanto que o seu gesto simbólico, que a ancora, segue como continuidade do programa moderno de formação. As mesmas estruturas esquizóides, da fragmentação do humano, da ênfase na vida heróica, da iluminação e da ascensão, são o fundo tanto da educação tradicional quanto da educação atual neoliberal.

Com isso, atentamos aqui à necessidade de valorização dos gestos noturnos nos próprios processos avaliativos. Eles podem ser íntimos, de si para si, ou de aproximação com o outro. Podem ser mais qualitativos, acolhedores, que escutam as reais percepções e sensações dos indivíduos, proporcionando-lhes não somente desenvolvimento, mas *envolvimento*, como ensinava Nego Bispo (Santos, 2023, p. 3). E o melhor é que, como percebemos, já temos importantes *estilos* iniciados, em curso, que já produzem novas relações entre as pessoas e até mesmo entre avaliadores e avaliados, mestres e discípulos, professores e alunos.



REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **La terre et les rêveries de la volonté**. Paris: Librairie José Corti, 1948.

BACHELARD, Gaston. **La poétique de la rêverie**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1960.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. Trad. de Helder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Trad. de Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 1993.

DURAND, Gilbert. L'occident iconoclaste: contribution à l'histoire du symbolisme. **Iris**, n. 34, p. 15-31, 2013.

DURAND, Gilbert. **O Imaginário**: ensaio acerca das ciências e filosofia da imagem. Trad. de Renée Eve Levié. Rio de Janeiro: Difel, 2004. (Coleção Enfoques. Filosofia).

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GRINSPUN, Mirian P. S. Z. Paradigmas em educação: avaliação e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 29-40, Jan./Mar. 1994.

JOSGRILBERG, Rui. Que é hermenêutica? **Revista do NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, Belém, v. 16, p. 1-12, 2024.

MELO, Leandro F.; SILVA, Tatiane C. da; MICHELI, Denise de. Docência e Avaliação da Aprendizagem. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**. Londrina, v. 19, n. 3, p. 379-384, 2018.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. A (Ex) (Des) Estrutura em Gilbert Durand. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 9, n. 2, p. 259-266, Jul./Dez. 1993.

SANTOS, Antônio Nego Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.

